



Educação contextualizada: prática de ensino que fortalece o conhecimento sobre o Semi-árido

A metodologia concebe o Semi-árido como tema indispensável nas salas de aula da região, abordado em toda a sua riqueza social, cultural e ambiental e aproximando a educação à realidade dos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) prevê que, na oferta da educação básica para a comunidade rural, os sistemas de ensino poderão adaptar conteúdos curriculares e metodologias aplicadas às reais necessidades e interesses dos alunos do campo e às peculiaridades da região. A lei foi promulgada há quase 12 anos, em 20 de dezembro de 1996, no entanto, a educação contextualizada ainda não é uma prática comum nos municípios do Semi-árido sergipano.

Mas o que seria Educação Contextualizada? A proposta concebe o Semi-árido como tema indispensável nas salas de aula da região, abordado em toda a sua riqueza social, cultural e ambiental. Os padrões de "terra da seca", "carência de chuva", "homem e mulher sertanejos e fracos" comumente disseminados através de estereótipos, são substituídos pela lógica educativa emancipatória que valoriza a biodiversidade, a cultura, a história, as vivências, a força do povo do sertão. Para isso, a região é abordada levando-se em conta suas características peculiares, especificidades e diferenças para que, assim, busquem-se alternativas para a permanência das pessoas na região.

Uma forma de aplicar a educação contextualizada é através da utilização da pedagogia da alternância. Segundo a metodologia, o processo ensino-aprendizagem acontece tanto na escola, quanto no ambiente familiar, de maneira rotativa e cíclica. O educando aprende conteúdos na sala de aula que podem ser praticados e replicados em casa, assim como, ao retornar à escola, leva o resultado das experiências e o relato de suas descobertas.

Para a pedagogia da alternância, o centro do processo educacional é o aluno e a sua realidade. A experiência sócio-profissional se torna ponto de partida no para a metodologia de ensino, de modo que a teoria está sempre em função de melhorar a qualidade de vida do educando. Com o desenvolvimento dessa prática educacional, a tendência é gerar interesse no estudante pelas atividades agrícolas, aprimorar as técnicas utilizadas pela sua família e pela comunidade na qual está inserido e, conseqüentemente, evitar a migração do campo para as áreas urbanas.

Experiência sergipana - No povoado Ladeirinhas, em Japoatã, distante 94 km da capital sergipana, 27 jovens de 14 a 20 anos vivenciam a pedagogia da alternância na Escola Família Agrícola de Ladeirinhas. O colégio funciona em regime de internato e abriga os estudantes durante uma quinzena por mês. Os alunos passam os demais dias em casa, experimentando as técnicas aprendidas na escola. Além de oferecer educação formal da 5ª. à 8ª. série do Ensino Fundamental, o colégio fornece cursos de iniciação profissional em agricultura, apicultura e criação de animais. Na pequena propriedade da escola, os alunos aprendem técnicas de criação de suínos e aves e plantam hortaliças, culturas tradicionais como feijão, milho e mandioca, e culturas irrigadas como bananas, coco e maracujá para consumo próprio e para a comercialização.

O colégio foi idealizado em 1992 por pais e moradores da comunidade, que montaram a Associação Mantenedora da Escola Família Agrícola de Ladeirinhas e, em 1994, a escola estava em pleno funcionamento. No entanto, conforme explica um dos membros da direção, Remir Gauvin, atualmente a instituição está sem financiamento e se mantém com recursos próprios. Em junho deste ano, após seis meses sem professores, foi montada uma equipe de voluntários para suprir as necessidades da escola e evitar a interrupção de suas atividades. Remir conta que a coordenação está tentando, junto à Secretaria de Estado da Educação, a contratação de alguns professores via Governo do Estado para reduzir os custos da entidade.

Promessa é dívida - Durante o período de campanha eleitoral, a prefeita eleita de Carira, localizada na região do Semi-árido sergipano, Gilma Chagas, se comprometeu a trabalhar pela implantação de projetos voltados para a educação contextualizada nas escolas municipais. Após vencer a eleição, Gilma assegura que a proposta será estudada com maior profundidade e estará inserida no plano de ação da Secretaria de Educação do município.



A prefeita eleita entende que existe a necessidade de se conhecer a realidade rural para que se pense o projeto pedagógico das instituições de ensino do município. Para ela, o estudante do campo deve aprender os conteúdos das disciplinas adequados ao ambiente em que ele vive como forma de assegurar um maior entendimento sobre a realidade em que está inserido.

*Fonte: instituto Recriando

Uso de livros didáticos adequados à realidade do Semi-árido ainda é exceção

O livro "Conhecendo o Semi-árido", que aborda a região a partir de suas peculiaridades e riquezas é uma dessas experiências. A publicação já foi implantada, em caráter experimental, nos municípios sergipanos de Poço Verde e Simão Dias.

O Semi-árido é a região do Brasil com maior índice de crianças que não sabem ler nem escrever, de acordo com relatório publicado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em 2003. A declaração final da I Conferência Nacional de Educação para a Convivência com o Semi-árido (Conesa), elaborada pela Rede de Educação do Semi-árido Brasileiro (Resab), aponta que metodologias pedagógicas e materiais didáticos aplicados nas escolas não abordam aspectos específicos do sertão, pois são elaborados quase sempre no Sudeste do país.

Para as entidades que promovem a educação contextualizada, é fundamental fomentar a produção de conhecimento no Semi-árido e trabalhar a realidade da região, nas unidades de ensino, valorizando o seu contexto social, político, econômico, ambiental e cultural. Essa é a melhor forma de contribuir para o fortalecimento da auto-estima dos estudantes e o desenvolvimento sustentável do sertão.

Segundo especialistas, a seca, por exemplo, é uma condição natural e não deve ser combatida. É preciso minimizar os seus efeitos, investindo em tecnologias de captação, armazenamento e distribuição de água, desenvolvidas e testadas no Semi-árido, e promover a convivência com a região.

A Resab está lutando pela inclusão da publicação "Conhecendo o Semi-árido" – voltada para alunos da 3ª e 4ª séries do Ensino Fundamental e produzida em parceria com o UNICEF – no Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação (PNLD/MEC). "Testamos nos nove estados do Semi-árido. A receptividade foi positiva entre professores e alunos. Agora precisamos incorporar esse livro ao PNLD", afirma o secretário executivo da Rede, Edmerson dos Santos Reis.

"Conhecendo o Semi-árido" valoriza a diversidade, a cultura, a história, as vivências e a força do povo. Além disso, apresenta alternativas para a permanência das pessoas na região. De acordo com a presidente do Comitê Estadual da Educação do Campo (Educampo), Amarize Cavalcante, no sertão sergipano, a publicação já foi implantada, em caráter experimental, nos municípios de Poço Verde e Simão Dias.

A coordenadora do projeto *Educação no Campo*, em Simão Dias, Maria Vanusa Andrade, avalia positivamente a experiência com o livro. "Trabalhei com a publicação em duas escolas municipais. Percebi como os alunos ficaram entusiasmados. Cada aula era uma surpresa. Gostaria que o conteúdo fosse ampliado e cada disciplina tivesse um livro específico, com foco na educação contextualizada", diz.

O coordenador do escritório do UNICEF para os estados da Bahia e Sergipe, Ruy Pavan, explica que a educação contextualizada possibilita levar conteúdos relacionados ao local onde os estudantes vivem para dentro das escolas e espaços alternativos de aprendizagem. "Os livros didáticos, por exemplo, têm que refletir o contexto onde a criança está inserida. Não pode existir um livro no Semi-árido que fale de neve no inverno. Assim não há identidade com a criança. A capacidade de aprendizado aumenta muito quando os assuntos são apresentados de forma contextualizada, pois o aluno percebe que o mundo em que vive está também dentro da sala de aula", explica.



José Adérico do Nascimento, coordenador da Rede de Educação do Campo de Poço Verde, ratifica a opinião de Ruy Pavan. "Essa proposta educacional compreende a escola e os educandos como produtores de conhecimento sobre o meio e a realidade em que vivem", diz.

**Fonte: instituto Recriando*

Adequação do calendário escolar à realidade local: combate a evasão ou fortalece o trabalho infantil?

Com a alteração do calendário aos períodos de plantio e colheita, a tendência é que os índices de evasão escolar diminuam. No entanto, especialistas entendem que essa é uma forma de legitimar a exploração do trabalho infantil.

Todos os anos, no período do plantio e colheita, milhares de crianças brasileiras que residem em zonas rurais abandonam a escola. O motivo é conhecido: ceder sua mão-de-obra para a agricultura familiar. Devido à irregularidade das precipitações pluviométricas nos municípios do Semi-árido, as famílias intensificam seu trabalho para aproveitar os curtos período de chuva e iniciar o preparo da terra.

A Lei Diretrizes e Bases da Educação, no inciso II do seu artigo 28, aponta que as escolas de educação básica têm autonomia para definir seu calendário escolar de forma independente, desde que a carga horária total do ano letivo seja respeitada, "incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas".

A partir da interpretação deste artigo, surge um impasse: a alteração do calendário permitiria que os alunos não perdessem períodos importantes de aula, evitando a evasão, a reprovação por faltas ou até mesmo a passagem de uma série para outra sem o devido aprendizado, mas por outro lado poderia legitimar a exploração do trabalho infantil.

Para a secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, a educação deve ser um espaço de garantia de direitos e construção da cidadania, respeitando a diversidade e as especificidades de cada região. Ela reconhece que os conteúdos e parâmetros pedagógicos da maneira como estão propostos hoje não correspondem aos interesses da população do campo. Entretanto, é categórica ao afirmar que é inadmissível que o calendário escolar mude em função dos períodos de plantio e colheita, de forma a consentir e até mesmo estimular o trabalho infantil agrícola.

A secretária reforça que essa prática está prevista como crime no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que proíbe a utilização de mão-de-obra de meninos e meninas menores de 14 anos, sendo que a partir desta idade é permitido, desde que na condição de aprendiz e em situações que não ofereçam nenhum risco a sua integridade física. "O ponto de partida dessa discussão deve ser a proteção integral da criança e do adolescente", afirma.

Isa lembra também os riscos de acidentes aos quais estão expostos meninos e meninas que têm a mão-de-obra explorada no campo, setor responsável pelo maior número de acidentes de trabalho envolvendo crianças e adolescentes (6,4% contra 4,6% nas áreas urbanas). O dado é da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), citado no relatório *Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente - A Experiência Brasileira Recente*, lançado em setembro deste ano.

Entretanto, a exploração da mão-de-obra de meninos e meninas ainda é uma realidade no campo, área que concentra os maiores índices de trabalho infantil. Das 157 mil crianças e adolescentes com idade entre cinco e nove anos que trabalham, 73,9% exercem atividades agrícolas - percentual que corresponde a 116 mil meninos e meninas dessa faixa etária. O setor também é o grande responsável pelo trabalho de crianças e adolescentes de cinco a 13 anos: 60,7% dos que têm a mão-de-obra explorada nessa faixa de idade vivem no meio rural, de acordo com dados da PNAD relativos ao ano de 2007.



O trabalho infantil interfere em diversas dimensões do desenvolvimento humano, podendo gerar graves riscos para a saúde a curto, médio e longo prazo, devido às péssimas condições de salubridade e segurança a que essa parcela da população é submetida.

Além da interferência negativa na qualidade de vida, o trabalho precoce tende a causar impactos na educação. Uma das conseqüências mais notórias é a queda no desempenho escolar de meninos e meninas trabalhadores ou o abandono das salas de aula. Segundo o relatório *Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente - A Experiência Brasileira Recente*, 19% dos meninos e meninas de cinco a 17 anos que trabalham não estudam. Os que permanecem nas salas de aula, devido ao cansaço e ao tempo reduzido para se dedicar aos estudos, muitas vezes são reprovados.

O outro lado - A educadora Aparecida Pontes, que vivencia a realidade dos estudantes da Escola Bom Jesus dos Passos, localizado na zona rural do município de Poço Redondo, entende que o processo de trabalho na agricultura familiar é histórico e cultural e deve ser respeitado e encarado, não como uma forma de exploração, mas como um ensinamento que passa de geração a geração. Para ela, a mudança não só é necessária, mas pode ser utilizada como uma estratégia de combate à evasão escolar e de melhoria da qualidade da educação na localidade. Aparecida atua no ensino rural há mais de 15 anos e conta que a Escola Bom Jesus dos Passos aderiu, entre os anos de 1998 e 2002, à proposta de adequação do calendário aos períodos de plantio e colheita.

Indicadores - Os índices relativos à qualidade da educação na região do Semi-árido brasileiro estão muito abaixo da média nacional. De acordo com o relatório *Crianças e Adolescentes no Semi-árido Brasileiro 2003*, produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), cerca de 350 mil crianças e adolescentes com idade entre dez a 14 anos não freqüentam a escola e mais de 390 mil adolescentes não são alfabetizados. Os que estudam, demoram 11 anos para concluir o ensino fundamental, quando o tempo adequado são oito anos.

Outro problema que afeta os estudantes da zona rural é a distorção idade-série. Entre os alunos da 1ª a 4ª série, esse índice é de 48,9% na zona rural, contra 23,5% na área urbana. Para os da 5ª a 8ª série, a taxa é 64,3% no campo e 43% nas cidades e, no ensino médio, os valores são 65,1% e 50,9% respectivamente. Os dados são do Censo escolar 2002, lançados pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e pesquisas (INEP). A evasão escolar também é uma realidade para os alunos da região. **O estado de Sergipe divide a segunda posição dos estados com maior índice de abandono escolar com o Piauí, ambos com mais de 19%.**

Para a educadora Aparecida Pontes, esses índices podem ser atenuados através da aplicação da metodologia da educação contextualizada, que tem como base pedagógica a adaptação de conteúdos escolares à realidade do Semi-árido e a valorização da agricultura e do campo. A educadora entende também que a mudança não pode ser realizada isoladamente, mas deve surgir como um reflexo dessa metodologia. "Seria muito interessante aprender química a partir de uma leitura do clima do Semi-árido, por exemplo, trabalhar a matemática baseada nas questões econômicas da região, ou ainda ler livros que contem nossa própria história".

A idéia é que os alunos multipliquem os conteúdos aprendidos em sala de aula na comunidade, como forma de aprimorar as técnicas desenvolvidas na região e assim ajudem a fortalecer a agricultura familiar. Para Pontes, a aprendizagem sobre o manejo correto dos instrumentos e das tecnologias utilizadas pelo homem do campo conduz ao desenvolvimento, ao equilíbrio e à sustentabilidade da região. "O que temos que fazer é construir esse equilíbrio, associando o conhecimento teórico à prática dentro da realidade local", afirma a educadora.

*Fonte: Instituto Recriando